

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

POLÍTICAS NACIONAIS DE LITERACIA DIGITAL EM PORTUGAL: oportunidades e caminhos para a Inclusão Digital

Ana Carolina Soares Santos, UEPB, <https://orcid.org/0009-0005-4585-9147>, Brasil,
anacarolinass068@gmail.com

Eliete Correia dos Santos, UEPB, <https://orcid.org/0000-0002-5491-5711>, Brasil,
eliete.santos@servidor.uepb.edu.br

Ana Lúcia Terra, UC, <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>, Portugal,
anaterra@fl.uc.pt

Eixo V: Impactos Sociais

1 Introdução

O desenvolvimento da Literacia Digital revela-se cada vez mais pertinente no contexto da sociedade contemporânea, marcada pela intensa presença das tecnologias da informação e comunicação. Por meio da Literacia Digital, é possível adquirir e aprimorar, de forma contínua e diversificada, um conjunto de competências essenciais para a atuação em ambientes digitais. Esse processo formativo pode ocorrer por diferentes meios, como cursos de capacitação, treinamentos, palestras, oficinas, workshops, entre outros. Um de seus principais objetivos é justamente promover o aperfeiçoamento constante das habilidades digitais, favorecendo uma participação crítica, ética e eficiente no mundo digital.

As políticas nacionais influenciam diretamente esse desenvolvimento e são essenciais para orientar tais práticas. Essas políticas mantêm uma interação direta com o público a que se destinam e oferecem inúmeras possibilidades, como a normatização de programas e projetos, a criação de instrumentos e recursos, a definição de diretrizes para a execução das ações e a projeção estratégica de iniciativas futuras que respondam às transformações socioeconômicas e tecnológicas. Além disso,

essas políticas também impactam os investimentos em capacitação da sociedade, contemplando diferentes faixas etárias. Em virtude disso, observamos que as políticas, quando criadas, resultam em outros registros, ou seja, elas não podem ser vistas de modo isolado, mas sim como uma atuação estratégica que interage com um conjunto de registros que a compõe, não necessariamente esses registros são legislações, mas também podem ser programas, projetos, instrumentos, cursos etc. Agum, Riscado e Menezes (2015); Jardim, Silva e Nharreluga (2009); Mintegui (2021); Durce e Souza (2013); Criado e Gil-García (2013); Secchi (2010) são autores que estudam essas questões.

A inclusão digital é considerada uma política pública por natureza, tendo em vista que é um direito indispensável para a sociedade. Ela garante que os cidadãos, além de garantir o alcance de habilidades digitais, consequentemente, também cumpram o seu papel social, enquanto cidadão participativo, o que está completamente relacionado ao fortalecimento da democracia no país. Existem algumas pesquisas que evidenciam esse direito, tais como a de Coelho (2018); Lucas, Vianna e Mendonça (2020); Comissão Europeia (2022); Silva e Cardoso (2020); Santos e Santos

(2023); Gil (2019); Silva (2012); Cerqueira (2022) etc.

Assim, somos levados às questões: quais são as políticas nacionais de Literacia Digital em Portugal? E de que maneira elas inferem na inclusão digital dos cidadãos no país? Diante disso, essa pesquisa aqui representada é um recorte, que faz parte da pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ-UEPB/UFPB). Para esta comunicação, temos como objetivo geral investigar as políticas nacionais de Literacia Digital de Portugal. E, buscamos especificamente: a) Abordar a relevância das políticas públicas para o país e os cidadãos; b) Analisar as principais políticas nacionais de Literacia Digital de Portugal; e Explorar essas políticas públicas, enquanto garantia do direito de inclusão digital, transparência e democracia.

Além desta introdução, o texto é estruturado pelos procedimentos metodológicos que demonstram os critérios seguidos para a condução da pesquisa, ao trazer consigo a ênfase para o Método Quadripolar, visto que ele permite a realização de uma pesquisa dinâmica e holística. Após isso, expomos a fundamentação teórica ligada à Literacia Digital e às políticas públicas para apresentar as políticas nacionais de Literacia Digital, baseadas no contexto português. Além disso, também discutimos a importância dessas políticas para assegurar o direito fundamental de inclusão social. E apresentamos, por fim, as considerações parciais, enquanto fechamento desta produção científica.

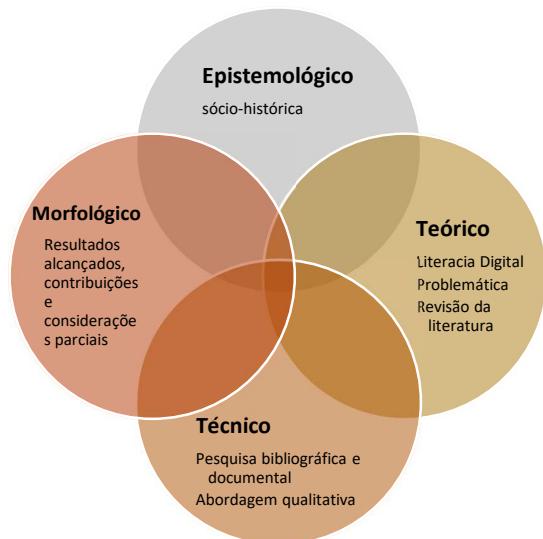
2 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento, desta pesquisa, utilizamos a natureza aplicada que consiste em compreender os fenômenos baseados em determinada realidade.

Sobretudo, enfatizamos que o método quadripolar abrange toda a pesquisa, pois através dele é possível realizar uma investigação interpolar, dinâmica e holística, sendo composto, segundo Silva (2014), pelos

polos: Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico. A figura seguinte mostrará como ele é aplicado neste estudo.

Figura 1: Método Quadripolar aplicado à pesquisa



Fonte: Ferreira, Dieguez e Terra (2017, com adaptações).

Conforme observamos na figura, o polo **Epistemológico** é marcado por características socio-históricas, uma vez que as discussões de Literacia Digital estão em torno da inclusão social que está diretamente ligada à participação e democracia dos cidadãos portugueses.

No **Teórico** traremos destaque a contextualização do objeto científico – Literacia Digital, como também a discussão da problemática e a revisão da literatura. Com o intuito de alcançar os objetivos traçados, realizamos uma pesquisa exploratória, pois, conforme Siena *et al.* (2024), pretende-se contribuir na construção de hipótese em estudos posteriores.

Já no **Técnico** se enquadra a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira para fundamentar e aprofundar a investigação teoricamente. À vista disso, fizemos uma pesquisa bibliográfica através de artigos nas bases de dados do *Google Scholar*, *SciELO*, *BRAPI* etc. E, a segunda, voltada às políticas de Literacia Digital e aos demais registros (programas, estratégias e movimento) criados a partir delas, pertencentes a Portugal,

direcionados e/ou localizados em *sites* do Governo Português. Então, ressaltamos que a consulta é realizada em fontes primárias e secundárias.

Nesse polo também está inserida a abordagem de pesquisa que é a qualitativa que, conforme Guerra (2014), possibilita ao pesquisador a compreensão dos fenômenos que se estuda através das ações de grupos sociais, seu ambiente e contextos sociais, em termos de analisar esses dados subjetivamente, sem quantificá-los.

Além do **Morfológico**, que contempla a discussão dos resultados alcançados inerentes à Literacia Digital e suas implicações para os cidadãos e consequentemente fortalecimento da sociedade democrática, suas contribuições e considerações parciais, como encerramento desta obra científica.

3 Literacia Digital e Políticas Públicas: contribuições do contexto português

Nesta seção, abordamos os conceitos de Literacia Digital e políticas públicas, bem como suas características e relevâncias para a atuação estratégica do estado em prol da sociedade. Com isso, apresentamos algumas políticas de Literacia Digital que mais se destacam, ao indicar o investimento do governo português com relação ao desenvolvimento da Literacia Digital e, consequentemente, como garantia do direito de inclusão digital.

3.1 Literacia Digital

O conceito de Literacia Digital surgiu inicialmente no campo da educação, revela Santos e Santos (2023) que, essa área é a que mais tem debatido o tema até hoje. No entanto, áreas relacionadas à informação, como a Ciência da Informação, também passaram a dedicar-se ao seu estudo.

A Literacia Digital pode ser compreendida como um conjunto de habilidades desenvolvidas ao longo do tempo, que permitem ao indivíduo adquirir uma série de competências digitais, ou seja, a capacidade de

utilizar e dominar as tecnologias digitais e os recursos desejados dela. Para Capobianco (2010), muitos estudiosos definem a Literacia Digital como as habilidades voltadas ao uso de computadores e à navegação na internet.

Aires (2015), por sua vez, argumenta que as literacias digitais estão profundamente ligadas às práticas sociais cotidianas, à inserção em diversas comunidades de significado e aos contextos mediados por diferentes ferramentas, exigindo múltiplas competências. Para a autora, trata-se de um conceito com natureza social, mediada, digital e multimodal.

Esse trecho evidencia que a literacia diz respeito às competências em determinada área e, no caso da Literacia Digital, trata-se de competências voltadas ao universo digital. Nessa mesma linha, Pereira (2011) destaca que tanto as competências digitais quanto sua relação com a Literacia Digital são temas amplamente discutidos em pesquisas internacionais.

De acordo com Aires (2015), existem duas abordagens principais sobre a Literacia Digital: a primeira comprehende-a como um conjunto de habilidades técnicas e a segunda como competências cognitivas. As habilidades técnicas dizem respeito ao conhecimento sobre o funcionamento dos meios informacionais e têm um caráter conceitual. Já as cognitivas envolvem aspectos mentais, como memória, reflexão e pensamento, estando ligadas à construção do conhecimento, o que confere a essa abordagem um aspecto mais operacional.

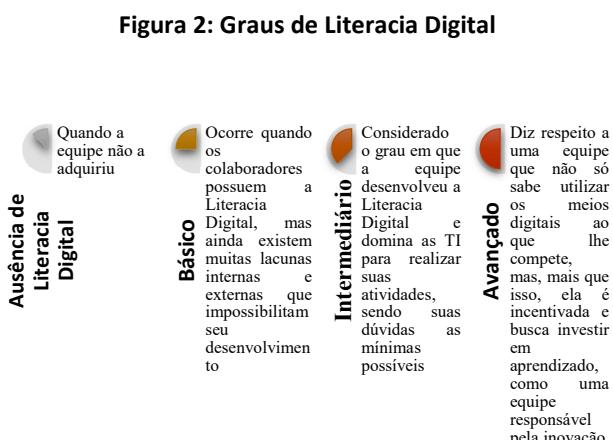
Tanto Pereira (2011) quanto Aires (2015) concordam que a Literacia Digital vai além do simples domínio técnico de equipamentos digitais. É necessário, além de saber utilizá-los, ser capaz de interagir criticamente com essas tecnologias e aplicar os conhecimentos adquiridos de forma eficaz.

Almeida (2023, p. 70) aprofunda esse entendimento ao afirmar que “a Literacia é mais do que um ato cognitivo, ela tem uma vertente social indissociável.” Ou seja, ela está diretamente ligada a ações e necessidades de ordem social.

Nesse sentido, Silva (2012) argumenta que restringir a Literacia Digital às habilidades de uso de ambientes virtuais é uma forma de reducionismo. Para ele, a Literacia Digital diz respeito à capacidade de “aprender a aprender”, exigindo do indivíduo uma posturaativa na busca pelo conhecimento. Por isso, defende o uso do termo “literacias”, no plural, para refletir melhor a amplitude e a diversidade desse conceito.

Segundo essa lógica, Almeida (2023) também adota a expressão “literacias digitais”, pois considera que o termo expressa melhor sua natureza múltipla. Em sua pesquisa, a autora baseia-se na proposta de Doug Belshaw (2014), que apresenta oito dimensões das literacias digitais: culturais, cognitivas, construtivas, comunicativas, de confiança, criativas, críticas e cívicas. Para Belshaw, o desenvolvimento dessas literacias ocorre de forma não linear, sendo impulsionado pelos interesses e contextos socioculturais de cada indivíduo.

Em sua pesquisa, Santos e Santos (2023) apresentam que a Literacia Digital possui graus e as características de cada um, tais como:



Fonte: Santos e Santos (2023, com adaptações).

Sob essa ótica, é possível estabelecer um grau seja individual ao coletivo da equipe, mas vale salientar que identificar o grau de Literacia Digital exige estudos de alta complexidade para se obter resultados que direcione a essa definição, conforme explica Santos e Santos (2023).

Outro autor que oferece uma contribuição relevante é Cerqueira (2022), que entende a Literacia Digital como a capacidade de avaliar criticamente informações. Segundo o autor, essas habilidades são essenciais para a tomada de decisões conscientes, o enfrentamento da desinformação e a resistência à manipulação. Essa abordagem aproxima o conceito de Literacia Digital e literacia da informação, ainda que ambas mantenham suas especificidades.

Apesar de a Literacia Digital englobar outras formas de literacia, como destaca Silva (2012), é importante compreender suas características próprias e as inter-relações com outros tipos de literacia, a fim de utilizar os conceitos de forma mais segura, consciente e adequada.

Para que exista a promoção da Literacia Digital à nível nacional é indispensável que se estabeleçam políticas para orientar esses processos e com elas outros instrumentos para garantir que a Literacia Digital seja desenvolvida nos cidadãos que compõem a sociedade.

Diante das múltiplas abordagens apresentadas, torna-se evidente que a Literacia Digital deve ser compreendida não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como uma competência estruturante que possibilita o desenvolvimento de outras literacias, como a da Informação e, mais recentemente, a Arquivística. Ao assumir o papel de “ponte”, a Literacia Digital permite o domínio das tecnologias digitais, sendo, portanto, um ponto de partida indispensável no contexto informatizado. Sua ausência pode limitar significativamente o exercício pleno de outras literacias, comprometendo tanto a autonomia dos usuários quanto a eficácia dos serviços informacionais. Nesse sentido, defendê-la como base formativa e estratégica é essencial, especialmente na Arquivologia, onde o domínio dos recursos tecnológicos, aliado à capacidade crítica e cognitiva do sujeito, constitui-se como fator-chave para o acesso qualificado à informação e para o fortalecimento da cidadania digital.

3.2 Políticas Públicas

As políticas públicas não são iniciativas recentes; desde os tempos remotos, já se observavam iniciativas governamentais voltadas à resolução de problemas sociais. Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), sua origem remonta aos Estados Unidos, na metade do século XX. Ainda que não exista uma definição única e consolidada do que são políticas públicas, o conceito tem sido reinterpretado ao longo do tempo.

Na contemporaneidade, observa-se uma ampliação do entendimento sobre políticas públicas. No entanto, conforme argumentam Jardim, Silva e Nharreluga (2009), a produção acadêmica tende a privilegiar a análise das políticas em si, mais do que a abordagem direta das políticas públicas enquanto objeto de estudo. Essa tendência resulta em desafios conceituais, dificultando sua delimitação teórica. Apesar de muitas vezes confundidas com instrumentos normativos, as políticas públicas são compreendidas como fenômenos dinâmicos e em constante transformação, tanto em sua estrutura quanto em seus propósitos.

A imprecisão conceitual também se intensifica quando se assume que políticas públicas se restringem à legislação. Mintegui (2021) enfatiza que, embora a legislação possa estruturar determinadas políticas, ela não se confunde com o próprio conceito. Para o autor, políticas públicas englobam registros diversos – como programas, planos e projetos – que também contribuem para sua estruturação. Nesse sentido, uma política pública pode ou não culminar na criação de normas legais, mas se apoia em registros formais. Ainda segundo Mintegui (2021), essas políticas ultrapassam a esfera da decisão política e assumem o caráter de ações estratégicas.

Dessa maneira, compreendem-se as políticas públicas como estratégias orientadas para a implementação de ações governamentais ou para a análise crítica de intervenções já existentes, visando soluções para demandas sociais (Agum, Riscado & Menezes, 2015). Elas definem competências, atribuições,

responsabilidades e estruturas organizacionais, conferindo um caráter jurídico às ações estatais, inclusive, para sua legitimação. Sempre voltadas ao interesse coletivo, essas políticas refletem o compromisso com o bem comum.

Sob outra perspectiva, também podem ser entendidas como articulações de poder e procedimentos voltados à resolução pacífica de conflitos públicos, conforme apontam Durce e Souza (2013). No setor público, contudo, prevalece a centralidade no cidadão, considerando suas demandas como prioridade. Diante desse cenário, comprehende-se que o desenvolvimento da Literacia Digital pode ser orientado e promovido a partir das políticas públicas, que estruturam e estabelecem essas ações estratégicas impulsionando a ampliação da participação social, transparência e democracia.

Nas políticas públicas existem atores tanto para construí-la quanto para fazer com que ela seja cumprida. Durce e Souza (2013, p. 32) abordam a respeito disso, para eles:

A palavra ator é utilizada, dentro do contexto das políticas públicas para designar todo indivíduo, grupo ou organização que desempenhe algum papel na “arena” política. Entre as várias categorizações desses atores, pode-se destacar a separação de atores governamentais e não governamentais.

A partir dessa colocação, podemos entender que os atores governamentais indicam os que exercem suas funções em instituições públicas, já os não governamentais seriam os que atuam em organizações privadas. É importante também refletirmos que é comum encontrarmos, no âmbito público, empresas privadas que atuam prestando algum tipo de serviço. Nesse caso, os interesses públicos e o bem comum continuam prevalecendo.

Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015) há duas abordagens para a estruturação da política pública voltada ao protagonismo dos atores. A primeira é a Abordagem Estatista que

concentra a atuação dos atores estatais, impondo limites à atuação não-estatal. E a segunda é a Multicêntrica que diz respeito à participação ilimitada de atores, contribuindo com várias perspectivas sociais para resolução do problema. É importante ressaltarmos que o resultado da abordagem multicêntrica é mais elevado ao da estatista; contudo, na prática, podemos perceber a utilização da estatista com maior frequência.

Dessa forma, a construção das políticas públicas envolve muitos aspectos, aqueles que precisam ser considerados, como também os que podem interferir no processo de formulação dessas políticas e, consequentemente, em seu resultado após aplicação. Tudo isso a depender dos atores responsáveis pela construção e consolidação.

Durce e Souza (2013) destacam a necessidade do formulador das políticas públicas se afastar do sistema para que seu desenvolvimento seja mais eficaz; ao contrário disso, incidem tradições e costumes que influenciam e geram obstáculos. Podemos refletir que a realidade social, embora tenha algumas situações generalizadas, possui vivências e contextos distintos a depender do grupo e realidade sociais enfrentados. Nesse sentido, construir política pública é se posicionar mediante o problema do outro. Para Criado e Gil-García (2013) não só a capacidade de capturar o problema, mas também de intervir.

As políticas públicas seguem um ciclo composto por várias fases, nas quais elas perpassam, são eles:

Figura 3: Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Agum, Riscado e Menezes (2015, com adaptações).

Os autores explicam que o ciclo das políticas públicas é seguido cronologicamente, ou seja, na conclusão de uma etapa, já segue a sequência da próxima. Na identificação do **problema** busca analisar a realidade existente e o que se pretende fazer com relação a solucioná-lo. O problema pode já fazer parte da sociedade a um tempo, desenvolver aos poucos um alcance maior ou ser um problema decorrente das transformações sociais. Na formulação da **agenda** são descritos os temas mais relevantes para a classe política, ao ser considerada como um instrumento estratégico nos programas governamentais para reconhecimento das políticas. As **alternativas**, por sua vez, são as possibilidades contempladas para resolução do problema (Agum, Riscado & Menezes, 2015).

Em seguida, a **tomada de decisão** que diz respeito à escolha das alternativas. Já na **implementação** das políticas, os problemas técnicos e administrativos não são os únicos, mas pode se expandir a outras dificuldades, por isso deve possuir um assertivo planejamento e, consequentemente, execução dele. E por último, a **avaliação** que será o momento mais crítico de todo o ciclo, visto que serão analisados por meio de parâmetros de avaliação e medidas de desempenho a fim de saber se a política pública funciona ou não. Ela deveria estruturar um quadro para dar continuação, reestruturar ou extinguir a política pública (Agum, Riscado & Menezes, 2015).

Secchi (2010) acrescenta que também existe a fase da extinção. No entanto, ao considerar que algumas políticas públicas não perpassarão por ela, acreditamos que esse momento pode estar inserido na avaliação, conforme apresentado por Agum, Riscado e Menezes (2015). Em paralelo a isso, Durce e Souza (2013) também acreditam que as políticas e os procedimentos que as envolvem passam por acompanhamento e avaliação em busca de melhorias e, caso elas não sejam mais necessárias, podem ser encerradas. Principalmente as que são encerradas devido

às transformações sociais (Agum, Riscado & Menezes, 2015). Assim, acreditamos que elas seriam encerradas durante a avaliação.

Diante dessas discussões, percebemos destacadas algumas características da governança imbricadas nas políticas públicas. Segundo Mintegui (2021), as políticas públicas podem ser compreendidas e planejadas por meio da governança. Sob essa ótica, acreditamos que a governança, por sua vez, ao equilibrar os conflitos de interesses garante resultados mais elevados na construção e cumprimento das políticas públicas.

A governança também pode ser entendida como mecanismo de fortalecimento da democracia, como também as políticas públicas. À vista disso, o governo sinaliza se há ou não democracia e as políticas públicas apresentam o nível de democracia existente (Jardim, Silva & Nharreluga, 2009). A depender delas, podemos identificar como a democracia implica em determinada realidade social.

Com relação ao governo eletrônico, as políticas públicas são um dos pilares para o contexto *e-governo*, pois aprofunda os debates referentes ao assunto, como também indica uma reforma administrativa, ao contemplar importantes administradores do mundo, inclusive, de alguns países da América Latina. E esse movimento está cada vez mais aproximado da dimensão da ação pública (Criado & Gil-García, 2013). Além das políticas públicas cada vez mais inseridas no governo eletrônico, também observamos que as empresas privadas também investem bastante na consolidação desse tipo de política devido às transformações sociais e, consequentemente, no mercado competitivo.

3.3 Políticas Nacionais de Literacia Digital em Portugal

Com vistas a conhecer as políticas de Literacia Digital de maneira mais geral, apresentaremos essas políticas no contexto português. Nesse sentido, localizamos algumas políticas públicas voltadas a esse assunto implantadas pelo governo português, como também outras

iniciativas de organizações e ambientes de educação. Ressaltamos, sobretudo, que as políticas e/ou registros abordados neste texto não representam a totalidade dos instrumentos existentes no país, mas sim algumas referências selecionadas com fins exemplificativos, conforme ilustrado na figura a seguir.

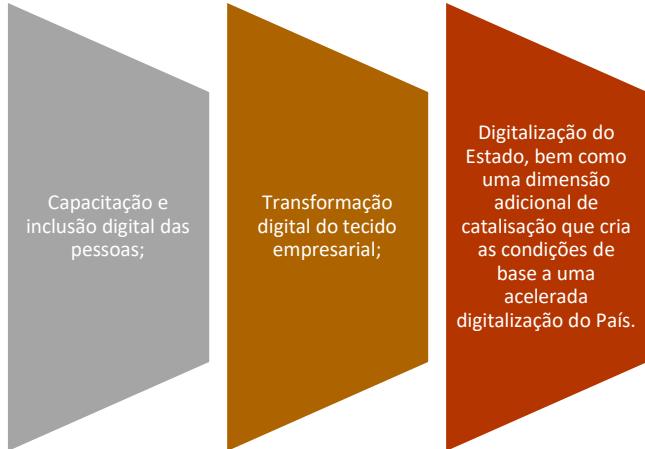
Figura 4: Principais políticas e registros resultantes delas no contexto de Portugal



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (**INCoDe.2030**) é uma política pública do governo português dedicada ao desenvolvimento da Literacia Digital em escala nacional, com o apoio de entidades públicas e privadas. Sua principal missão é, conforme o site Ponto Digital (2023), “[...] melhorar o nível de competências digitais das portuguesas e dos portugueses, colocando assim Portugal ao nível dos países europeus mais avançados nesta dimensão e numa perspetiva dilatada no tempo”. Ela contempla alguns pilares no plano de ação, conforme a figura abaixo.

Figura 5: Pilares do Plano de Ação para a Transformação Digital



Fonte: Ponto Digital (2023, com adaptações).

A partir da **Figura 5**, percebemos que o foco dessa iniciativa está para além da capacitação digital, mas também a transformação dos ambientes organizacionais e estado como um todo, não apenas em termos do desenvolvimento de uma Literacia Digital básica, mas sim da básica à acelerada, isso é muito importante para dar ênfase.

Além disso, a iniciativa é composta por cinco eixos de ação que serão apresentados a seguir.

Figura 6: – Eixos de Ação da Iniciativa INCoDe.2030



Fonte: Ponto Digital (2024, com adaptações).

Sobretudo, é possível identificar que esses eixos de ação contemplam os cidadãos que possuem qualquer grau de Literacia Digital (básico, intermediário e avançado), inclusive, na ausência dessa capacidade, conforme abordados na pesquisa de Santos e Santos (2023). Além disso, essas ações estratégicas focam em diversos públicos, ao atender a todos, dos grupos sociais e também organizacionais, com vistas a possibilitar inclusive uma requalificação destes. E ainda proporciona oportunidades de desenvolver novos conhecimentos, tendo em vista construir cidadãos mais participativos.

Outra característica que vale mencionarmos é que, dentro de cada eixo, existem várias atividades referentes àquela área, sejam programas, formações, plataformas específicos, que trazem ao conhecimento cada iniciativa estratégica que o governo dispõe por meio de textos informativos e *hiperlinks*. Por exemplo, no eixo de ação da Educação estão inseridos o Programa de Escola Digital, a Plataforma NAU, Ferramenta de autodiagnóstico de competências digitais, Jovem Mais Digital e uma vasta gama de iniciativas.

Sob essa linha política, o **roteiro INCoDe.2030 – Capacitação Digital** foi criado na busca de desenvolver estudos, iniciativas e estratégias ao percorrer o território nacional. Ele está apoiado em um plano composto por 8 atividades:



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

Na primeira atividade, existem várias fases que possibilitam a identificação dessas necessidades nas organizações principalmente por parte dos profissionais da informação, podendo ser iniciadas pelo Manual metodológico; Priorização de perfis profissionais; Tabela profissões e desritivo e principais setores; Quadro de Referência e Competências; Mapeamento de competências; Perfis e Unidades de Competência; Template das 22 Unidades de Competência; Percursos Formativos; Testes Diagnósticos para 22 unidades competências (Portugal, 2022). Esses instrumentos já estruturados no plano, permitem mais facilidade na aplicação.

Na segunda, estão descritos todo o levantamento e resultado da aplicação e abrangência do projeto em escala nacional, bem como os próximos passos a partir daqueles resultados. Já a terceira atividade busca validar com o selo do projeto de capacitação digital, através de um formulário de candidatura e, consequentemente, a avaliação deste. Também existe a quarta função que estão inseridos cursos gratuitos, como Abordagens Inclusivas de Género na Tecnologia, Participação e Igualdade de Género nas TIC, Comunicar e Colaborar através de Tecnologias Digitais, Criadores do Futuro - Criar e Editar Conteúdos Digitais, Desenvolvimento de Soluções em Ambientes Digitais, Privacidade e Segurança em Ambientes Digitais etc. (Portugal, 2022).

Já na atividade cinco, enquadram-se os estudos voltados à gestão e implementação dos planos estratégicos, enquanto na seis, à análise dos resultados e avaliação dessa evolução. Nas sete e oito, estão os eventos, sendo a primeira associada à promoção da igualdade de gênero e, a última, a eventos de modo geral à nível nacional (Portugal, 2022). Entre essas atividades do plano, refletimos nas características de identificar como e se existe a Literacia Digital, validar seu projeto de capacitação digital, promover seu desenvolvimento e avaliar todos os processos. Além disso, o plano oferece o mapeamento dessas ações, ao trazer conhecimento dos projetos em escala nacional, como também dispõe de cursos que possibilitam essa oportunidade de aprendizado.

Alinhado à iniciativa anterior, a **Estratégia Digital Nacional (EDN)** foi construída no intuito de preparar o contexto português para as transformações digitais a longo prazo. Sob essa ótica, ela busca promover o diálogo entre os cidadãos, as organizações e o Estado a fim de fortalecer o desenvolvimento de habilidades digitais que abranjam a todos os cidadãos. Conforme essa Estratégia, Portugal possui profissionais qualificados e infraestruturas computacionais robustas para alcançar os resultados desejados. Outro fator importante é que o governo português enxerga essa

iniciativa como impulsionadora da economia e qualidade de vida da sociedade (Portugal, 2025).

Figura 8: Os Princípios Orientadores da Estratégia Digital Nacional

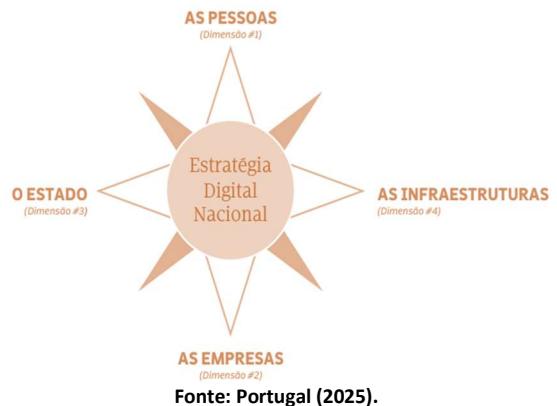


Fonte: Portugal (2025).

Esses princípios são fundamentais, enquanto perspectivas estratégicas, para a iniciativa. Além desses pontos, temos: **Confiança e Transparência** que busca garantir clareza e segurança no uso dos dados, como também possibilitar o acesso à informação perante os cidadãos; **Inclusão e Igualdade**, ao permitir a participação da sociedade nos ambientes digitais; **Sustentabilidade Ambiental** ligada ao uso consciente da tecnologia; **Colaboração** que diz respeito à atuação de distintos seguimentos (cidadãos, órgãos e Estado), mas em um trabalho conjunto e cooperativo; **Eficiência** que é a otimização dos processos e serviços; **Ética**, ao assegurar o respeito aos direitos e valores; e **Segurança e Proteção** que, no contexto digital, é indispensável para defesa contra ameaças digitais.

A estrutura da EDN abrange quatro dimensões, tais como:

Figura 9: As Dimensões da Estratégia Digital Nacional

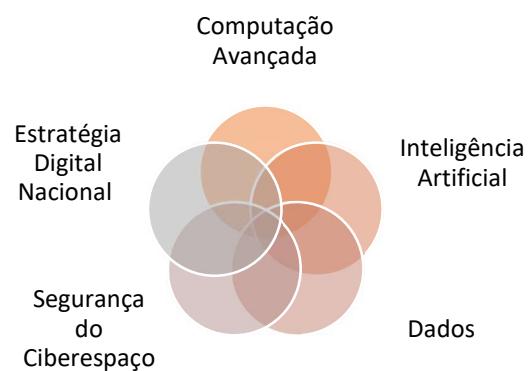


Fonte: Portugal (2025).

Assim, a dimensão que diz respeito às pessoas está associada à Literacia, educação e formação dos cidadãos para os ambientes digitais. Nas empresas, o interesse é apoiar a atracção de investimentos para que elas consigam enfrentar as transformações digitais com respostas inovadoras. No caso do Estado, a responsabilidade de liderar esses processos, como também representar esses avanços através de um Estado Digital e moderno. Já as infraestruturas estão voltadas a infraestruturas modernas e seguras, como parte estratégica governamental (Portugal, 2025). Ressaltamos que cada dimensão dessas apresentadas possui seus objetivos, metas e iniciativas, sejam programas e/ou projetos já existentes.

A EDN é uma parte de um todo que abrange outras estratégias, como mostra a figura 10.

Figura 10: Tipos de Estratégias Nacionais de Portugal que envolvem a Literacia Digital



Fonte: Ponto Digital (2023, com adaptações).

Esses tipos de estratégias foram mencionados com o intuito de apontarmos a Estratégia de Computação Avançada, a de Inteligência Artificial, Estratégia de Dados e a de Segurança do Ciberespaço para que reflitamos na preocupação do governo português em ampliar o leque das estratégias adotadas para os cidadãos e em prol deles.

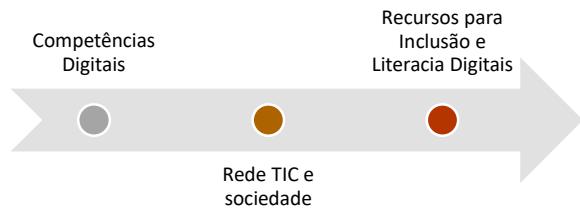
A **Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (ENILD)**, trata-se de uma política pública ligada, especificamente, ao desenvolvimento da Literacia Digital em Portugal, considerando que ainda existem 30% da população que nunca tiveram acesso à internet. Os objetivos dela são:

1. Reduzir a percentagem de não utilizadores da Internet;
2. Mobilizar uma infraestrutura operacional que vise formação presencial: espaços, equipamentos e formadores;
3. Incentivar o desenvolvimento de materiais pedagógicos para (auto)formação;
4. Aumentar as competências digitais da população portuguesa;
5. Criar uma rede de intervenção *multistakeholder* (a Rede TIC e Sociedade) e;
6. Incentivar a melhoria da interface entre os serviços online e os cidadãos (acessibilidade e usabilidade).

A partir dos seus objetivos, percebemos o compromisso do governo português com a sociedade no que diz respeito ao desenvolvimento da Literacia Digital, ao fornecer oportunidades para a sociedade até mesmo na utilização dos serviços que o governo dispõe para o cidadão. Outra perspectiva relevante, é a criação de uma rede de intervenção *multistakeholder* que se refere ao que abordamos anteriormente acerca da governança. Esse diálogo de *multistakeholder* permite a resolução de problemas com resultados de maiores proporções, tendo em vista que estão envolvidas muitas partes interessadas que nesse caso são os colaboradores da área de TIC, como também a sociedade, ao abranger múltiplas perspectivas.

A estrutura da **ENILD** é composta por três eixos que são eles:

Figura 11: Eixos da ENILD



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

No Eixo 1, são estabelecidas as **Competências Digitais** analisadas em cinco áreas diferentes, sendo por meio da Informação, Comunicação, Criação de Conteúdo, Segurança e Resolução de Problemas. Essas áreas servem como “ponto de partida” para a intervenção e apoio da ENILD. Já no Eixo 2, encontramos a **Rede TIC e Sociedade**, com essa aproximação, a exclusão digital pode ser reduzida e os nível de Literacia Digital serem elevados, alicerçados em um modelo de *multistakeholders*, com vistas a prevalecer o interesse das partes interessadas e também no incentivo da participação social ativa, em escala nacional. E, por último, o Eixo 3 trata dos **Recursos para a inclusão e literacia digitais** para alcançar o que foi projetado nos eixos anteriores. À vista disso, é preciso ter uma plataforma de recursos digitais, ter os próprios recursos, fazer com que eles sigam às normas de acessibilidade, como também considerar a maneira de distribuí-los, promovendo sua consulta (Portugal, 2015).

É importante considerarmos que as políticas públicas são ações estratégicas como esta, elaborada a partir de uma estrutura e registrada, nesse caso, para combater a exclusão digital e desenvolver a Literacia Digital da população portuguesa. No entanto, é necessário que se construam mecanismo de monitoramento para que as ações estejam realmente apoiadas nas políticas públicas. Por este motivo, nesta Estratégia, o governo português se preocupa em designar um

capítulo para tratar essas questões a fim de pontuar as atividades que precisam ser desenvolvidas, tais como:

1. Manter um diagnóstico atualizado;
2. Criar um observatório de acessibilidade / usabilidade web;
3. Criar instrumentos de reconhecimento e de promoção da excelência;
4. Identificar *hotspots* com a chancela TIC e Sociedade;
5. Incentivar o desenvolvimento de estudos sobre o relacionamento das TIC e grupos vulneráveis;
6. Apoiar iniciativas de inclusão e literacia digitais que façam uso de ferramentas de produtividade *opensource*;
7. Promover campanhas de comunicação nos media;
8. Baixar os níveis de exigência de Literacia Digital no uso dos serviços públicos (Portugal, 2015).

Essas ações também podem ser caracterizadas como avaliação das políticas públicas a fim de melhorar o que está sendo realizado. A começar pelo diagnóstico que está presente na dimensão da governança, bem como a criação de instrumentos de gestão para medir a qualidade do serviço executado. Esses pontos também nos indicam a interação e o contato entre a sociedade e os profissionais da TIC.

E por último, a **ENILD** apresenta um modelo de governação para a Literacia Digital, baseado em uma estrutura orgânica relativa à atuação nas seguintes áreas.

Figura 12: Competências do Modelo de Governação



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

Algumas dessas competências foram abordadas nas discussões acima, com exceção da certificação e auditoria. Elas estão muito presentes na governança, independente do assunto específico pelo qual ela está voltada. A certificação é concedida por um terceiro para avaliar se o exercício está em desenvolvimento, conforme os requisitos, já a auditoria se trata de um processo sistemático de avaliação, inclusiva das operações contábeis, tendo em vista promover melhorias para o ambiente organizacional.

No que se refere à governação estratégica, existem três níveis de atuação que são políticos (Comissão Interministerial), de implementação (Conselho Permanente) e técnico (Equipe de Projeto). Há também o Conselho Científico que atua no aconselhamento do Conselho Permanente, constituído por empresa privada, sociedade e representantes acadêmicos que não está inserido nesses níveis.

Ainda conforme a figura 4, que mostramos no início desta seção, com relação aos programas, foram localizados:

- **Jovem+Digital**, que é uma iniciativa do governo português para desenvolver as competências digitais dos jovens. Ao todo são 33 cursos disponíveis, na modalidade online, como também presencial. Também vale ressaltarmos que quase todos os cursos são

gratuitos, com exceção de apenas um que é pago. Além disso, os alunos também têm chances de ser indicado ao mercado de trabalho após o término do curso;

- **EU SOU DIGITAL** que é um programa básico do governo associado a outras empresas direcionado a adultos portugueses infoexcluídos. Ele conta com 30.000 profissionais nacionais voluntários e 1.500 ambientes escolares/acadêmico para dar apoio às atividades. O programa também é gratuito. Ele aplica conteúdos básico como o ensino da utilização do correio eletrônico, dos serviços públicos digitais, consultas e pesquisas na web, redes sociais etc;

- **UPskill** também é um programa que envolve parcerias entre o governo, outras empresas e instituições de ensino superior. Ele é voltado a grupos de pessoas desempregadas, no entanto eles precisarão ter concluído o ensino médio e, de preferência, uma licenciatura pós-Bolonha, bem como um bom domínio do inglês (B2). A duração do programa é de 9 meses, com 6 meses dedicados ao curso e 3 meses à experiência empresarial, na modalidade presencial. Os alunos também receberão uma bolsa equivalente a um salário mínimo de Portugal e subsídio de refeição e, quando concluírem o curso se aprovados na empresa receberão entorno de 1.300 euros (UPskill - Digital Skills & Jobs, 2025); e

- “**Tudo o que precisa de saber sobre banca online**” é um programa de Literacia Digital da Associação Nacional de Bancos (ANB) de Portugal associada a outras instituições empresariais e de ensino. Ele é voltado a um público mais idoso que sente dificuldades em utilizar os serviços do banco digital voltados a transferências, pagamentos, fraudes e outros. Também é uma iniciativa gratuita, assim como as demais.

Encontramos também o **Movimento pela Utilização Digital Ativa (MUDA)** que busca incentivar a participação dos portugueses nos ambientes digitais para se beneficiar dos serviços que o governo oferece aos próprios cidadãos. No site do MUDA, é apresentado o lançamento de conferências e as que já são existentes com vistas a partilhar conhecimento e experiências entre as empresas. Ele também

dispõe de um *quizz* que avalia o nível de Literacia Digital do internauta e também recomendações para melhoria. Paralelo ao site, também é feita a conexão ao programa EUSOUDIGITAL, o qual também faz parte do movimento.

4 Inclusão Digital: política pública e fortalecimento da democracia

Desde a expansão das TI, busca-se a adequação a esses meios informacionais tanto por parte das empresas, quanto por parte dos trabalhadores e sociedade em geral, como Castells (1999) aponta, remodela a sociedade em várias áreas, porém os ambientes formais são os que mais investem no desenvolvimento da competência digital. Todavia, Gil (2019) destaca que, embora sejam planejadas estratégias para os contextos formais, as competências digitais geralmente são adquiridas por meio de contextos informais. Tais como: grupo social, nas rotinas individuais diárias e até mesmo para lazer. Logo, na vida cotidiana pode-se observar diferentes formas de praticar a Literacia Digital.

Segundo Coelho (2018), por causa das tecnologias digitais o “fazer política” é intensificado para além das organizações, mas também para “o cotidiano das pessoas comuns”. Os níveis de participação são pautados pelas redes sociais (os instrumentos de tradicionais de poder mudaram), ou seja, “ativismo digital”, principalmente pelos jovens, destaca o autor, que significa “a mobilização política que se dá por meio das redes sociais” (Coelho, 2018, p. 26).

O autor retrata a Primavera Árabe, como exemplo, momento no qual as pessoas reivindicavam democracia através do Twitter e Facebook, ao considerar uma “democracia contemporânea”. Outro exemplo foi a greve dos caminhoneiros, no Brasil, em 2018, que também houve divulgações e negociações, tendo como canal a internet. Assim, “[...] o posicionamento no mundo digital se traduz em relações de poder [...]” (Coelho, 2018, p. 33).

A participação social na internet implica em uma **ação democrática**, contemplada no mundo e defendida no texto de Coelho (2018).

Por este motivo, a Literacia Digital é uma estratégia fundamental para elevar a sociedade a um patamar mais democrático e participativo no sentido de desenvolver conhecimento e utilizá-lo para operar as tecnologias digitais, o que não indica necessariamente o uso, seleção e avaliação das informações, que fazem parte da literacia da informação. Mas que, por sua vez, exigirá o uso da cognição para relembrar o que aprendeu e realizar as atividades desejadas no computador/celular, com o domínio da máquina. Assim, o utilizador precisa conhecer como manusear os equipamentos digitais a fim de recordar o que/como foi ensinado para chegar em determinada operação.

Lucas, Vianna e Mendonça (2020) acreditam que a Literacia Digital é considerada uma alternativa para o combate à *fake news* sem que interfira na liberdade de expressão, mas sim ligada à cidadania digital. À vista disso, as pessoas terão habilidades para avaliar e selecionar as informações. Seguindo essa linha, a Comissão Europeia (2022) também defende que a Literacia Digital representa um papel crucial para o pensamento crítico, e os professores podem assegurar o desenvolvimento dele e o combate à desinformação.

À vista disso, a Literacia Digital é considerada um “ponto de partida” para desenvolver outras literacias e, assim, alcançar habilidades cognitivas críticas ao avaliar e selecionar informações, possibilitando uma atuação mais consciente, reflexiva e eficiente no ambiente digital. No entanto, isso não quer dizer que uma pessoa que possua Literacia Digital em um grau básico, por exemplo, tenha essas competências intelectuais avaliativas; por outro lado, a Literacia Digital pode propiciar esse desenvolvimento dialogando com a literacia da informação.

Por estes motivos, a Literacia Digital tem uma tendência à política pública, por natureza. No entanto, ainda que exista investimento em

políticas e na segurança do seu cumprimento, essas ações estratégicas e democráticas precisam ser continuamente revisadas e aprimoradas. Seguindo este contexto de transformações tecnológicas digitais, surgem avanços exponenciais nas funcionalidades, o que podem impedir do cidadão desenvolver a Literacia Digital.

Isso nos leva a considerar que diferentes grupos sociais, com hábitos distintos, podem enfrentar obstáculos variados no processo de aprendizagem relacionado ao uso de novas tecnologias. Na sociedade contemporânea, é possível perceber que muitos jovens demonstram maior facilidade em desenvolver competências ligadas à Literacia Digital. Em contrapartida, adultos e idosos frequentemente enfrentam mais desafios para realizar determinadas atividades ou podem até mesmo não possuir habilidades básicas nessa área.

Esse cenário pode ser explicado, em parte, por fatores histórico-culturais e pelo contexto social ao qual os indivíduos pertencem ou pertenceram ao longo da vida. Os jovens de hoje, por exemplo, já crescem inseridos em um ambiente digital, no qual a interação com uma comunidade conectada é constante — pessoas que não apenas consomem, mas também produzem informação. Dessa forma, esses jovens tendem a desenvolver naturalmente a Literacia Digital.

Então, “Paralelamente, pessoas nascidas e socializadas neste contexto socio-técnico costumam apresentar grande facilidade em lidar com os aparatos tecnológicos, ou seja, são **detentores da Literacia Digital** de forma quase espontânea [...]” (Silva & Cardoso, 2020, p. 18, grifo nosso).

Santos e Santos (2025) refletem também sobre este contexto e afirmam que o uso dos termos “detentores da Literacia Digital” ocorre de forma natural com as pessoas que cresceram com a vivência nessas práticas. No entanto, para as autoras, é fundamental lembrar que uma parcela significativa da população enfrenta dificuldades nesse processo, seja por não ter crescido em um ambiente

tecnologicamente integrado, pela ausência de estímulo e motivação, ou mesmo pela exclusão do meio social com acesso à tecnologia. Esses fatores, conforme apontam os estudiosos, contribuem para a exclusão digital — e, por consequência, social — muitas vezes resultante da falta de investimentos em iniciativas que promovam o acesso e o aprendizado dos recursos digitais por parte desses grupos.

A Sociedade da Informação oferece diversas vantagens em múltiplos setores, porém também pode gerar a exclusão de grupos que ainda não conseguiram se adaptar às novas demandas tecnológicas. De acordo com Gil (2019), há uma pressão constante na sociedade atual para que os indivíduos desenvolvam competências em Literacia Digital. Essa exigência pode dificultar o processo de aprendizagem e agravar a exclusão digital. Por isso, promover a Literacia Digital torna-se um elemento essencial e diretamente relacionado à efetiva inclusão digital.

À vista disso, “aqueles que não possuem uma adequada Literacia Digital podem encontrar-se em desvantagem e ter dificuldades para participar plenamente na sociedade atual. É importante que as pessoas adquiram habilidades e conhecimentos em Literacia Digital para poderem beneficiar das oportunidades que o mundo digital oferece” (Cerqueira, 2022, p. 61).

Silva (2012), em sua dissertação, defende o ensino da Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégia de política pública. Nesse sentido, a inclusão digital também é considerada uma política pública. Segundo Silva (2012), desde 2010, ocupando um marco no país e, a partir disso, foram desenvolvidos projetos voltados à população mais vulnerável, como maneira de reduzir a desigualdade social. Essa colocação demonstra-nos, mais uma vez, que investir na Literacia Digital também implica na busca de democracia voltada à cidadania da sociedade. Dessa forma,

A inclusão digital é uma política pública e nesse sentido o telecentro deve ser entendido como um equipamento público, com as mesmas características de um posto de saúde, uma creche, um centro de assistência, e outros equipamentos similares. Em sendo assim, a sua implantação e sustento é, portanto, de responsabilidade da esfera governamental. Destinado para uso da população local, deve ter seu produto (inclusão digital) universalizado e acessível para todos os habitantes (Silva, 2012, p. 43).

Levando em conta essa afirmação, como promover a inclusão digital sem que haja uma política bem estruturada e aplicada direcionada ao desenvolvimento da Literacia Digital? Assim, percebemos que esse direito, embora universal e básico, precisa se apoiar nessa política para que haja inclusão digital. A Literacia Digital pode constituir uma modalidade de ação política, com vistas a depender de um planejamento (Coelho, 2018).

Por isso, Silva (2012) retrata que democratizar e também promover inclusão digital é um grande desafio, visto que a sociedade do conhecimento já está consolidada e está “deixando para trás parcela significativa de “excluídos”” (Silva, 2012, p. 42). Trata-se, portanto, de uma questão que precisa ser urgentemente considerada, pois, “uma inclusão digital deficiente tem o efeito perverso não apenas no ambiente digital, mas também — e principalmente — fora dele, uma vez que impacta na própria inserção do indivíduo na sociedade como um todo”, alerta Coelho (2018, p. 33). Esses aspectos reforçam a importância do investimento em políticas públicas que promovam a inclusão digital como um direito fundamental do cidadão, ao garantir sua participação ativa na sociedade e nos processos decisórios do governo. Nesse contexto, a Arquivologia está diretamente inserida, uma vez que a principal função dos arquivos é assegurar o acesso à informação, elemento essencial para o exercício da cidadania e a efetivação dos direitos sociais,

justificando, assim, a centralidade das práticas arquivísticas nesse cenário.

Com isso, consideramos que é dever do estado promover essas políticas, garantir sua aplicação, como também fiscalizar seu cumprimento e revê-las constantemente para que elas acompanhem, de maneira efetiva, as transformações sócio-tecnológicas que, por sua vez, ocorrem de modo acelerado.

No contexto português, percebemos essa preocupação em oferecer iniciativas para o desenvolvimento da Literacia Digital, tanto por parte de organizações de natureza pública, quanto privadas. Além disso, o governo também enxerga as políticas de Literacia Digital como uma ação estratégica e democrática, inclusive, ao prever sua atuação a longo prazo. Então, observamos instrumentos políticos voltados para o futuro, com vistas em garantir a inclusão digital da sociedade e, consequentemente, um direito fundamental do cidadão.

Sob essa ótica, além das políticas, existem diversos projetos e programas, inclusive, movimentos derivados dessas políticas os que englobam diferentes públicos e faixas-etárias. Em sua maioria, são iniciativas gratuitas que incentivam ainda mais o indivíduo a participar. Destacamos também que, para o desenvolvimento da Literacia Digital, é crucial que ele esteja associado a operações práticas do que foi ensinado. Nesse sentido, a maioria das estratégias, além de trazer enfoque a participação ativa desses indivíduos, direcionam-os a oportunidades de trabalho, ao inserir nesse contexto profissional e, em decorrência disso, assegurar o direito à inclusão digital no ambiente profissional.

5 Considerações Parciais

Diante do exposto, compreendemos que as políticas de Literacia Digital são fundamentais para o desenvolvimento de um país. Em Portugal, há diversas iniciativas nesse campo; no entanto, destacamos neste texto apresentamos aquelas que consideramos mais relevantes. A partir dessa seleção, procuramos

analisá-las em particular e refletir sobre o processo de inclusão digital no país.

Assim, é essencial compreendermos que a Literacia Digital não deve ser encarada apenas como uma habilidade técnica, mas como um direito básico no mundo contemporâneo. Sua ausência pode comprometer a participação cidadã, a inserção no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania. Portanto, a promoção da Literacia Digital deve estar diretamente ligada à inclusão digital por meio de políticas públicas consistentes, programas de formação continuada e iniciativas voltadas à equidade social. Só assim será possível garantir uma verdadeira inclusão no contexto da sociedade digital.

A Literacia Digital exerce um impacto social significativo, especialmente, quando articulada a políticas públicas que visam à inclusão e à justiça social. Ao garantir o acesso equitativo às tecnologias da informação e ao desenvolvimento de competências digitais, essas políticas fortalecem a cidadania, ampliam as oportunidades educacionais e profissionais, e contribuem para a construção de uma sociedade mais participativa e democrática.

Diante do exposto, é evidente que o contexto português tem demonstrado um compromisso consistente com o fortalecimento da Literacia Digital como meio de promover a inclusão social e reduzir desigualdades perante à cidadania digital. A articulação entre políticas públicas e iniciativas privadas revelam uma visão estratégica e democrática, que compreende a Literacia Digital como um direito fundamental do cidadão.

É importante destacar que os instrumentos relacionados à Literacia Digital são planejados com foco em longo prazo, tanto por instituições públicas quanto privadas. Nesse contexto, o governo português promove a integração entre os cidadãos e o ambiente organizacional, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento da Literacia Digital, desde níveis básicos até os mais avançados. Ao demonstrar preocupação com os resultados alcançados, também

assegura avaliações e revisões contínuas das políticas implementadas.

Portanto, destacamos a relevância social e acadêmica desta pesquisa, uma vez que ela se volta à investigação de um objeto científico de grande interesse coletivo, capaz de oferecer respostas a diversos desafios sociais contemporâneos. Uma das limitações da pesquisa está direcionada à escassez de estudos sobre Literacia Digital no cenário institucional, que ainda precisa ser levado à discussão, tendo em vista que os indivíduos podem não ter alcançado o desenvolvimento da Literacia Digital.

Assim, com este estudo, esperamos contribuir para o fortalecimento desses diálogos inerentes às políticas públicas de Literacia Digital, por meio da apresentação das iniciativas desenvolvidas em Portugal, as quais se mostram fundamentais para a promoção da inclusão digital, da participação social e fortalecimento da democracia no país.

6 Referências

- Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas públicas: Conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política*, 3(2), 12–42. <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>
- Aires, L. (2015, janeiro). *Literacias digitais: Texto orientador* (Mód. 1). Curso de Formação para a Docência Online. Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf
- Almeida, R. (2023). *A Literacia Digital da geração X em Portugal: As diferenças entre homens e mulheres* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/43708>
- Belshaw, D. (2014). *The essential elements of digital literacies*. <https://dougbelshaw.com/essential-elements-book.pdf>
- Capobianco, L. (2010). *Comunicação e Literacia Digital na internet: Estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital AcessaSP – PONLINE* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16062010-110410/publico/LITERACIADIGITALECOMUNICACAO.pdf>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (R. V. Majer, Trad.; J. Simões, Atual., 6ª ed., Vol. 1). Paz e Terra.
- Cerdeira, L. (2022). Literacia Digital: Biblioteca Universitária como recurso auxiliar à Literacia Acadêmica. *Revista PMBA em Foco*, 4(1), 58-67. <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/76/33>.
- Coelho, M. A. N. (2018). Letramento digital: novas perspectivas para a prática cidadã. *Grau Zero, Revista de Crítica Cultural*, 6(2), 17-37. <https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/6094/3861>.
- Comissão Europeia. (2022, outubro). *Plano de Ação para a Educação Digital — Ação 7*. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan/action-7>
- Criado, J. I., & Gil-García, J. R. (2013). Gobierno electrónico, gestión y políticas públicas: Estado actual y tendencias futuras en América Latina. *Gestión y Política Pública*, 22(Especial), 3–48. <https://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v22nspe/v22nspea1.pdf>
- Durce, J., & Souza, C. (2013). *Introdução à análise de políticas públicas*. EDUFBA.
- Ferreira, O., Dieguez, T., & Terra, A. L. (2017). Uso das tecnologias da informação e comunicação nas bibliotecas de ensino superior: Um estudo de caso. Em E. C. dos Santos, E. T. G. de Carvalho, & A. K. A. da Silva (Orgs.), *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, cooperação acadêmica e mediações interdisciplinares* (pp. 329-373). EDUEPB.
- Gil, Henrique. (2019). A Literacia Digital e as Competências Digitais para a Infoinclusão: por uma inclusão digital e social dos mais idosos. *RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning*, 2(1). 79-96.

- [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8103/1/p.%2079-96.pdf.](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8103/1/p.%2079-96.pdf)
- Guerra, E. L. de A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa: Suporte ao trabalho de conclusão de curso (TCC)*. Grupo Ânima Educação.
<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BCblicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>
- Jardim, J. M., Silva, J. C. A., & Nharreluga, R. S. (2009). Análise de políticas públicas: Uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(1), 2–22.
<https://www.scielo.br/j/pci/a/86sqfsg3NJnCXKFmxfg5C9v/?lang=pt&format=pdf>
- Lucas, D. C., Vianna, L. O., & Mendonça, M. T. C. (2020). A Literacia Digital frente ao discurso anticiênciam e às fake news. *Revista UFG*, 20, e20.
https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/128501/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Mintegui, E. M. (2021). *Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: O caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227207/PCIN0258-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Pereira, L. M. G. (2011). *Conceções de Literacia Digital nas políticas públicas: Estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação* [Tese de doutorado, Universidade do Minho].
 Repositório da Universidade do Minho.
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%C3%ads%20Miguel%20Gon%C3%A7alves%20Pereira.pdf>
- Ponto Digital. (2023). *Programas nacionais: Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030)*.
<https://pontodigital.pt/iniciativas-nacionais/>
- Ponto Digital. (2024). *Eixos de ação*.
<https://www.incode2030.gov.pt/>
- Portugal. (2025). *Estratégia Digital Nacional: Onde o digital simplifica*.
- <https://bo.digital.gov.pt/api/assets/etic/c508799d-8731-4a1f-b828-daac504c87e1/>
- Portugal. (2015). *Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (2015–2020)*.
<https://interoperable-europe.ec.europa.eu/sites/default/files/document/2016-06/enild.pdf>
- Portugal. (2022). *Roteiro INCoDe.2030 – Capacitação Digital*.
<https://www.incode2030.gov.pt/roteiro/>
- Santos, A. C. S., & Santos, E. C. dos. (2023). Os impactos da Literacia Digital para a arquivologia contemporânea: A realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD. *Archeion Online*, 11(Edição Especial-SESA), 20–37.
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeon/article/view/67593/38257>
- Santos, A. C. S., & Santos, E. C. dos. (2025). A contextualização da Literacia Digital nas práticas sociais e arquivísticas: Uma análise das produções científicas na Arquivologia. *Archeion Online*, 13(Edição Especial: X CNA - Congresso Nacional de Arquivologia), 79–94.
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/72573/41172>
- Secchi, L. (2010). *Política pública: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.
- Siena, O., Braga, A. A., Oliveira, C. M. de, & Carvalho, E. M. de. (2024). *Metodologia da Pesquisa Científica e Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. Em O. Siena, A. A. Braga, C. M. de Oliveira, & E. M. de Carvalho. (Eds.), Editora Poisson.
<https://doi.org/10.36229/978-65-5866-411-6>.
- Silva, A. M. da. (2014). O Método Quadripolar e a Pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*, (26), 27-44.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694>.
- Silva, R. C. de C. e. (2012). *Literacias Digitais: Um framework para avaliação de programas voltados para redução das desigualdades digitais, por meio do ensino das TIC*. [Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais].
https://bib.pucminas.br/teses/Informatica_SilvaRCC_1.pdf.

- Silva, S. A. A. da, & Cardoso, A. M. P. (2020). Literacia informacional: Uma revisão sistemática de literatura. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18(00). <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/8660680/23047>
- UPskill – Digital Skills & Jobs. (2025, janeiro). *Programa UPskill – Digital Skills & Jobs*. <https://upskill.pt/>